

724

ECONOMIA TÊXTIL

N: 6
.4.81

GABINETE ECONÓMICO DA

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DE PORTUGAL



ECONOMIA TÊXTIL Nº 6

RELATÓRIO WERNER

* GOVERNO AD ENCOMENDOU PROJECTO DE OFENSIVA
CONTRA OS TRABALHADORES E A ECONOMIA NACIONAL

1981, ABRIL

INTRODUÇÃO

1. O presente trabalho visa fazer uma primeira apreciação do que é designado por "Relatório Werner".

Primeira apreciação porque dos dezasseis volumes de relatório final previstos apenas é do nosso conhecimento o primeiro - "Um resumo dos Aspectos" - datado de Junho de 1980 e ainda porque a reestruturação do sector têxtil e as propostas desta empresa internacional continuarão a fazer correr tinta e a ser tema de preocupações para os trabalhadores e todos os que defendem a democracia em Portugal durante muito tempo.

Não é tanto por abordar a problemática da reestruturação do sector têxtil que tivemos a preocupação de o divulgar junto dos trabalhadores, mas porque este documento constitui uma base para a definição da política do Governo AD em relação ao sector, podendo pôr em causa valores essenciais da vida quotidiana do povo trabalhador português, atingindo em primeiro lugar todos aqueles sectores e camadas da população que de alguma forma dependem do sector têxtil e confecções.

Procuramos trazer ao debate um assunto que tem sido mantido na gaveta dos tecnocratas e políticos ministeriais.

2. A estrutura do presente trabalho é a seguinte:

- Significado do Relatório Werner
- Síntese do conteúdo do primeiro volume
 - . Descrição detalhada
 - . Apreciação genérica
- Incongruências de um plano sectorial
- Importante frente de acção dos trabalhadores têxteis
 - . Contra o desemprego
 - . Contra a repressão patronal
 - . Contra o enfraquecimento do sector e do país na divisão internacional do trabalho
 - . Contra as ilusões da adesão à CEE
- A luta dos trabalhadores têxteis é parte integrante da luta dos trabalhadores portugueses

Com ele tentamos apresentar uma visão global do problema, encarando frontalmente as questões fundamentais que o documento levanta.

Não nos limitamos a fazer uma apreciação crítica, mas também a divulgar o essencial do documento (o que caberia ao MIT e não a nós).

Procuraremos apresentar em relação à questão central hipóteses de reestruturação alternativas. O facto de encarmos o sector parcialmente desinserido do conjunto da economia nacional e da reestruturação do sector ter que ser obra de um Estado com vontade política para contemplar os interesses essenciais dos trabalhadores e da economia nacional torna inviável a apresentação de uma proposta com grande minúcia. Contudo, nem por isso deixa de ser válido, quiçás mais relevante que minúcias desinseridas de uma realidade nacional.

SIGNIFICADO DO RELATÓRIO WERNER

1. O governo AD continua à procura das linhas fundamentais de reestruturação do sector têxtil e confecções. Em vez de estudarem propostas de modificação baseadas no conhecimento profundo da realidade nacional e no contexto social português recorre a técnicos estrangeiros¹ que procurem extrapolar para uma realidade social e política que desconhecem as conclusões genéricas aplicadas a outros países. Em vez de procurarem o diálogo, a troca de ideias e opiniões, o conhecimento vivo e desempoeirado da realidade do sector, da região e da empresa enroscam-se procurando obter as virtudes dos "bichos de contas".

Nada disto acontece por acaso. O recurso a técnicos e instituições estrangeiras são a expressão de uma prática política. O sistemático afastamento das organizações sindicais e dos trabalhadores do debate dos grandes problemas do sector Têxtil não é um esquecimento. Não são casos isolados, mas práticas sistemáticas. Exigem alguns comentários.

2. Em princípio nada temos contra o recurso a técnicos estrangeiros para análises pontuais, mas não podemos concordar com a procissão a que pelas bandas do MIT se assiste.

Reestruturar um sector exige um conhecimento da tecnologia e economia do sector mas exige também um profundo conhecimento sociológico e psicológico dessa realidade. Exige a apreensão de uma longa história da prática quotidiana, da luta de classes², surda ou aberta, conduzida vantajosamente por uma das forças ou pela outra, inserida na produção, na repartição, na circulação ou no consumo. Reestruturar um sector exige mergulhar as propostas nas profundas tradições das camadas e sector-

res da população que de alguma forma vão participar nesse processo.

Exige uma apreensão da realidade que passa pela recolha da informação estatística e de opiniões, mas também pela vivência das contradições do sistema social, mola motora da sua transformação.

Reestruturar um sector exige tomar opções políticas, a escolha entre soluções alternativas, a capacidade de resolução dos obstáculos técnicos e sociais que se levantam. Exige o reconhecimento explícito da incongruência entre algumas das propostas de avanço e os passos que uma prática política anterior já exigiu. Exige vontade política e opções claras.

Pensamos que é um pouco tudo isto que o MIT procura escamotear quando encomenda os estudos que devem fundamentar uma determinada intervenção social sectorial a entidades estrangeiras. É a busca do tecnocrático contra o social. É o distanciamento face às medidas adoptadas. É o reconhecimento implícito da sua fraqueza política. Enfim, é o reconhecimento que forças fundamentais despertadas pela revolução portuguesa ainda estão vivas e que a política de recuperação capitalista, de afronta aos interesses dos trabalhadores, exigem o apoio, a colaboração e a intervenção das forças do imperialismo.

É mais uma afronta a todos os trabalhadores, empresários, técnicos e instituições que, de uma forma séria, há longos anos labutam no sector e procuram encontrar vias válidas de resolução dos graves problemas.

3. Mais uma vez os sindicatos do sector e a nossa Federação não foi ouvida. Infelizmente trata-se de um comportamento habitual, mas que não podemos deixar de denunciar.

Quando o MIT e seus contratados nos segregam estão a mostrar claramente duas coisas:

- que as propostas que estão na forja não interessam aos trabalhadores, mais precisamente, são contra os seus interesses; são peças de um puzzle de destruição das conquistas da revolução;
- que receiam os trabalhadores e as suas organizações sindicais e que são incapazes de fundamentar devida e convictamente as propostas que apresentam.

Mais, estão implicitamente a considerar os trabalhadores do sector, e não só, como meros factores de produção - tal como a matéria-prima ou a energia - e não como agentes conscientes do processo de transformação da natureza (essência do acto produtivo) e da sociedade (essência do acto de reestruturação).

Procuram esquecer ou deturpar a riqueza da revolução de Abril, a energia e iniciativa criadoras que as massas trabalhadoras então manifestaram.

Por tudo isto não silenciámos. Por tudo isto lutámos. Por tudo isto continuamos a defender a participação efectiva dos trabalhadores e dos sindicatos nos locais e nos assuntos em que se decide do seu futuro.

SÍNTESE DO CONTEÚDO DO PRIMEIRO VOLUME

Nota Introdutória

1. Antes de tentarmos descrever em poucas linhas o conteúdo deste primeiro volume convirá apresentar o conteúdo global do trabalho:

Vol. I	- Um Resumo dos Aspectos
Vol. II	- Relatório sobre a Indústria: Conclusões
Vol. III	- Recomendações
Vol. IV	- Recomendações: Projectos
Vol. V	- Comercialização: Conclusões e Recomendações
Vol. VI	- Perfil do Sector de Fibras
Vol. VII	- Análises individuais de empresas do sector de fibras
Vol. VIII	- Perfil do sector Algodão
Vol. IX	- Análises individuais de empresas do sector Algodão
Vol. X	- Perfil do sector lã
Vol. XI	- Análises individuais de empresas do sector lã
Vol. XII	- Perfil do sector de Malhas
Vol. XIII	- Análises individuais de empresas do sector de Malhas
Vol. XIV	- Perfil do sector de Confecção
Vol. XV	- Análises individuais de empresas do sector de Confecção
Vol. XVI	- Índice

Desta apreciação dos títulos dos diversos volumes do relatório é possível concluir de imediato que o primeiro, nosso objecto de estudo, é o relatório de apresentação.

Resumo do Relatório

2. O ponto de partida é a necessidade de reestruturar o sector, visando "aumentar tanto a posição de empregos como a sua contribuição para a balança de pagamentos não obstante os riscos óbvios de aumentar o já elevado grau de dependência da nação aos têxteis". E da análise da estrutura do sector conclui que existe falta de equilíbrio entre a produção nos diferentes subsectores e que para atingirmos os padrões internacionais de produtividade teria de haver menos de metade dos trabalhadores empregados nas fábricas do sector: "nesta conformidade, pode dizer-se que as 258 empresas, representando 72,9% do total das empresas em actividade, não podem ser consideradas como sendo de uma dimensão industrial e não estamos em crer que muitas algum dia atinjam uma dimensão industrial em termos da dimensão mínima recomendada".

É necessário, portanto, aumentar a competitividade, isto é, reduzir os custos administrativos, incluindo os custos financeiros, e de produção. Em primeiro lugar, um tal esforço exige uma melhor preparação técnica da gerência das empresas e, em seguida, alcançar um conjunto de objectivos:

a) Melhorar a produtividade laboral, entendido como sinónimo de "eliminar a mão-de-obra em excesso". Com efeito, a baixa produtividade é considerada como o reflexo da existência de abundante mão de obra e da falta de conhecimentos técnicos e de organização. Concluem que, para 1978, para o conjunto do sector, a mão de obra em excesso era de 38%, repartindo-se subsectorialmente da seguinte forma:

algodão-fiação 34%; algodão-tecelagem 48%; algodão-acabamento 41%; lã-fiação 44%; lã-tecelagem 51%; lã-acabamento 34%; malha-confecção 24%; confecção 40% e fibra-fiação 34%, malha 39%.

b) Instalar sistemas de controlo de desperdícios. "Em 1978 a indústria têxtil consumiu pelo menos 7185 toneladas de matérias-primas em excesso do necessário". O controlo de desperdícios para além de permitir reduzir os custos de produção também baixa os níveis de importação de matérias-primas.

É uma medida fácil de implementar desde que esteja garantida uma dimensão mínima das fábricas e uma capacidade de gestão.

- c) Aumentar a produtividade das máquinas. Constata a baixa produtividade das máquinas motivada por razões de ordem técnica e de organização das empresas.
- d) Aumentar o grau de utilização das máquinas, o que pressupõe utilizar a mão de obra em excesso para um 4º e 5º turnos. No entanto, esta medida, embora pudesse aumentar a produção em 40%, apresenta um grande conjunto de impedimentos: falta de pessoal técnico, dificuldade de escoamento da produção resultante, entraves de financiamento da produção e o facto do pessoal feminino não poder trabalhar à noite.
- e) Ampliar as actividades produtivas das fábricas utilizando a mão-de-obra existente, isto é, as tecelagens entrarem na "confeção de vestuário para utilizar o excesso de mão-de-obra mais rentavelmente". Contudo, também aqui surgem entraves, sobretudo de pessoal qualificado e de mercados para escoamento da produção.
- f) Criar um plano de incentivos (prémios de produção) a aplicar em épocas de expansão da produção.

E conclui, apesar da redução da mão-de-obra figurar em primeiro lugar e verificar existirem dificuldades em todas as propostas de reabsorção da mão-de-obra em excesso, que "dum modo geral, mesmo que o problema de mão-de-obra não seja atacado, cinquenta por cento do potencial de economias poderá ser conseguido reduzindo o desperdício e aumentando a eficiência de máquinas. Há, contudo, importantes diferenças sectoriais e pode notar-se que as economias no desperdício no sector de confecções, não compensa, de modo algum, o não atacar o problema de produtividade de mão-de-obra".

Concomitantemente com a referida necessidade de aumentar a competitividade preconizam a necessidade de melhorar as estruturas financeiras e a revisão das leis do trabalho.

Quanto ao primeiro aspecto tratado sinteticamente, defendem uma melhor utilização do capital, a reavaliação anual do activo imobilizado, a criação de incentivos ao investimento privado e a venda de acções da indústria têxtil através dos bancos e da bolsa.

É à necessidade de revisão das leis do trabalho que, neste capítulo e na parte final do volume dedicam grande atenção. Começando por advogar nova regulamentação sobre relações de trabalho, despedimentos e processos disciplinares, preconizam um vasto conjunto de medidas de que destacamos:

- "Recomendação principal respeitante ao aspecto legislativo é para se incorporar num único texto - contrário aos actuais quatro - nova regulamentação do trabalho com incidência especial no procedimento disciplinar, o qual sugere-se, deverá ser uniformizado"
- "... todos os contratos colectivos sejam submetidos ao Ministério do Trabalho para análise legal e que serão válidos somente depois dessa análise e rectificação, se necessário".
- "... confirmar a todos os Tribunais que é a Lei que deve ser interpretada e que nos casos em que a lei estabelece "imperativos", estes devem ser respeitados. Assim, a necessidade imposta pelos sindicatos de prova escrita nos processos disciplinares, mas que não é exigida pela Lei, seria posta de parte".
- "... estudar a conveniência de se constituir um fundo de indústria geral, para garantir o pagamento de indemnizações e compensações aos trabalhadores, a fim de evitar situações em que as indemnizações não são pagas por falta de fundos. Propõe-se que seja o Governo a constituir esse fundo..."

Considera que, se a Lei dos Despedimentos não for modificada, embora talvez a pouco e pouco, todos os esforços para a reestruturação do sector seriam frustrados. Advoga a progressiva reintrodução do princípio de despedimento por "causa razoável".

O não cumprimento "do que é razoável esperar dum empregado", seguidamente discriminado, deveria ser motivo de despedimento:

- 1) "Um determinado nível de capacidade e aplicação ao trabalho em termos de nível de produção e de qualidade"
- 2) "A aceitação de transferência, desde que o trabalhador tenha a competência e que seja treinado, para outra secção da fábrica"
- 3) "Um determinado grau de assiduidade de presença, de modo a que as faltas não justificadas, persistentes, sejam motivo de despedimento, bem como as declarações falsas sobre as faltas"
- 4) "O cumprimento dos regulamentos de higiene e segurança"
- 5) "A obediência às ordens legítimas dos superiores"
- 6) "Um comportamento e a atitude razoável para com os seus colegas de trabalho".

3. O início do capítulo seguinte constitui uma apologia da adesão de Portugal ao Mercado Comum. "A entrada na CEE poderia melhorar substancialmente a balança de pagamentos do sector têxtil, poderia resultar na retenção no emprego dos sessenta mil trabalhadores, presente-mente em excesso das necessidades da indústria, e poderia, ocasionar a criação de vinte e um mil postos de trabalho adicionais até 1990, desde que a indústria encete medidas para solucionar certas deficiências antes da data projectada de entrada, em 1 de Janeiro de 1983".

Apesar deste optimismo não deixam de reconhecer a existência de um conjunto de dificuldades: plafonds aos têxteis portugueses, entraves à reestruturação do sector até à adesão e dificuldades na fase subsequente.

Apresentando três hipóteses de situação:

- 1) não entrada na CEE, salvo com a indústria reestruturada;
- 2) entrada na CEE com uma moratória de dois anos e com a indústria reestruturada;
- 3) entrada na CEE com uma moratória de dois anos, mas sem alterações nem na estrutura da indústria, nem aos níveis de eficiência)

Defendem claramente a prévia reestruturação do Sector, mas reconhecem a dificuldade de tal situação:

- a) "Em poucas palavras, embora Portugal tencione entrar na CEE em Janeiro de 1983, a produção têxtil não é por agora suficientemente eficiente para fazer face à concorrência da CEE e outra. Nem tão pouco parece que o espaço de dois anos e meio que se seguirão à apresentação e adopção das recomendações contidas neste Relatório sejam suficientes para se vencerem as dificuldades criadas pelas convulsões dos últimos seis anos que verificaram o valor da produção têxtil em termos reais".
- b) "O custo de sustentar essa mão-de-obra excedente torna a produção de vestuário, portuguesa, bastante menos concorrente do que poderia ser, mas ninguém poderia conceber, impavidamente, o despedimento repentino dessa mão-de-obra excedente. Questões de pagamentos substanciais de indemnizações, possibilidade de greves e potenciais tumultos políticos impedem, na realidade, despedimentos em massa. Nestas circunstâncias, tem de se confiar no desperdício natural, que é de cerca de 2,8% ao ano, para se eliminar parte da força de trabalho e na expansão da produção, conforme projectada no Panorama 2, é uma previsão assumindo que Portugal vai

entrar na CEE com uma indústria eficiente e reestruturada".

Neste contexto acabam por sugerir uma "consideração benevolente por parte dos outros membros da CEE e uma moratória de 2 anos a contar de Janeiro de 1983.

- 4) Numa apreciação global dos custos da reestruturação para o conjunto do sector e para o período de 1980-1990, estimam que os custos "recuperáveis" representam 98,1% do total e repartem-se da seguinte forma:

- Fundo de Maneio	20,6%
- Máquinas: substituição	36,9%
- Máquinas: adicional	26,6%
- Edifícios e instalações	11,8%
- Assistência técnica (70%)	1,8%
- Fundo de capital para aquisições	2,2%

Os custos "irrecuperáveis" seriam constituídos pela parte restante da assistência técnica, pelo "treino de Grupo Consultor Nacional", por "Ensino Profissional", por "Subsídio de Desemprego (empresas falidas)", que constitui a rubrica fundamental, e ainda por infra-estruturas e bonificação de juros e impostos, cujos montantes não foram estimados.

E o capítulo seguinte é reservado à apresentação do plano de reestruturação da indústria têxtil que mais uma vez se inicia com a constatação de que, grande parte da indústria não está em condições de suportar as pressões da concorrência estrangeira que começará com a entrada na CEE. As recomendações são as seguintes:

- a) "Um subsídio de trinta por cento dos custos de assistência técnica (em grande medida garantida por técnicos estrangeiros) para reduzir os custos de produção".
- b) Criação de "Contratos de reestruturação" que "são fundamentalmente contratos de desenvolvimento de empresa" com vista à reestruturação do sector. A sua implementação exige assistência técnica, benefícios fiscais, incentivos financeiros, subsídios de desemprego, subsídios de investimento e "subsídio de operação", assim como o controlo sobre o funcionamento das empresas.
- c) "Projectos de recolocação para áreas designadas" visando a ins-

talação de novas fábricas de confecções em áreas de subemprego ou para substituir empresas têxteis inviáveis. Defesa das empresas de confecções funcionando à tarefa para empresas estrangeiras. Estes projectos poderiam ser parcialmente desviados pelas multinacionais da CEE, com liberdade de localização.

d) Falência ou despedimentos massivos nas empresas não viáveis.

A aplicação destas medidas seria acompanhada por um reforço dos poderes do MIT e dos técnicos nacionais e estrangeiros adjuntos e por um enfraquecimento da intervenção da banca nacionalizada.

Finalmente, na fase final faz referência a um conjunto de projectos a implementar de contornos mal definidos, assim como a outras medidas de cariz complementar e pontual.

Apreciação global

5. Convém agora fazer uma primeira apreciação global do conteúdo deste relatório.

Em primeiro lugar é necessário compreender que a "montanha pariu um rato", embora venenoso. As propostas apresentadas, muitas vezes quantificadas ou integradas em complexos detalhes, poderiam ser obra de qualquer aprendiz de feiticeiro.

O que este relatório traz não são propostas novas, não são propostas globais e integradoras da complexidade do processo, mas sim a legitimação tecnocrata e política para acções que o governo e o grande capital há muito ambicionam levar a cabo.

É um relatório contraditório, com declarações de princípio seguidas de apresentação de sugestões ou situações que conduzem à inviabilidade do afirmado.

Estes aspectos são particularmente notáveis no que se refere ao emprego: anuncia-se a hipótese de aumento dos postos de trabalho, miraculosamente multiplicados como os pães, quando da adesão ao Mercado Comum, mas seguidamente reconhece a existência de 60.000 postos de trabalho a mais, as dificuldades da absorção dessa mão-de-obra em vias de desemprego, o carácter devastador da concorrência quando da adesão à CEE e, simultaneamente, preconizam-se todas as medidas e mais alguma, com vista a facilitar o despedimento individual e colectivo. E, como é óbvio, não se apresentam soluções alternativas válidas para a absorção dessa mão-de-obra, no sector ou fora dele.

Em terceiro lugar convirá dizer que muitos aspectos importantes para o sector têxtil, uns ligados à situação actual - utilização das fibras artificiais e possibilidades da sua produção em Portugal, desenvolvimento regional, condições de vida e trabalho, tipo de tecnologia a adoptar, formas de aproveitamento e desenvolvimento das pequenas e médias empresas, etc. - recebem um tratamento nulo, marginal ou de passagem. O mesmo acontece com algumas questões relacionadas com os cenários possíveis de vislumbrar no caso de integração de Portugal na CEE - especialização produtiva, taxas aduaneiras e intervenção do Estado, políticas comunitárias, etc. - algumas das quais podem levar à inviabilidade de algumas das propostas apresentadas.

Mediocridade, ambiguidade e estreiteza de horizontes são os traços característicos do Relatório Werner. E, no entanto, este documento é uma peça importante, talvez fundamental, da política de recuperação capitalista e monopolista do MIT. É um atentado contra os interesses dos trabalhadores do sector, contra os pequenos e médios industriais e comerciantes do sector, contra todos os sectores da população portuguesa que de alguma forma dependem do sector.

O desemprego e as falências, o aumento da repressão patronal e da disciplina fascizante, o reforço da dependência do sector têxtil em relação ao estrangeiro - para já não falar do absurdo de propor o aumento da importância do sector têxtil na economia nacional - são os aspectos fundamentais deste relatório.

INCONGRUÊNCIAS DE UM PLANO SECTORIAL

Escusado será insistir na importância que o sector têxtil e de confecções têm no conjunto da economia nacional quanto ao produto, à produção e o emprego e no que se refere aos equilíbrios económicos externos. É também uma peça fundamental do desenvolvimento regional e da situação social global do nosso país.

Neste contexto ressalta com clareza que qualquer reestruturação do sector têxtil tem toda a conveniência em ser integrada numa planificação global da economia que seja capaz de fornecer o instrumental de medição de diversas hipóteses alternativas. Esta proposta de reestruturação que a Werner sugere e o governo aplicará "se para tal tiver engenho e arte" não tem tais preocupações globais. Poderemos mesmo dizer que apresenta uma grande tacanhez de visão da economia portuguesa no seu conjunto.

Significarão estas observações que não será possível reestruturar o sector têxtil, sem que antes exista uma planificação coerente internamente e compatível com a dinâmica da realidade portuguesa ? Esse seria o melhor cenário para as alterações sectoriais, mas como o "ótimo é inimigo do bom" será aceitável uma reestruturação sectorial parcial, desde que tenha em conta alguns dos aspectos da realidade portuguesa que mais de perto tem que ver com as modificações que eventualmente se terão que introduzir, a saber:

- indústrias químicas e produção de fibras não-naturais
- indústria metalúrgica e produção de máquinas e acessórios têxteis
- desenvolvimento regional, nomeadamente das regiões do norte e interior de Portugal
- estrutura do mercado externo, balança de pagamentos e equilíbrios alternativos
- estrutura do mercado interno e sua evolução.

No estudo não se fazem referências, ou estas são demasiado fugazes para a importância que assumem.

Opta-se por uma visão extremamente limitada e sectorizada. Não poderá deixar de acarretar limitações e incongruências várias que, caso fossem aplicadas, conduziriam a perturbações sociais e a desequilíbrios económicos.

IMPORTANTE FRENTE DE ACÇÃO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS

O relatório Werner encomendado pelo governo AD apresenta, como vimos, múltiplas deficiências, por um lado, e diversas afrontas aos trabalhadores acarretando graves prejuízos para a economia nacional, por outro. Todos estes aspectos poderiam ser objecto de uma acção dos trabalhadores aos múltiplos níveis e graus de intensidade possíveis. Contudo, poderia corresponder a uma dispersão de esforços.

É necessário divulgar entre os trabalhadores, entre a opinião pública nacional portuguesa este relatório e, simultaneamente, dedicar particular atenção aos que se relaciona com o desemprego, a repressão, a subjugação ao imperialismo.

Serão esses pontos que abordaremos seguidamente, com alguns complementos referentes às consequências da adesão à CEE.

Contra o Desemprego

1. Como já dissemos, mas nunca será de mais repetir, o objectivo central deste relatório é reduzir o emprego no sector têxtil. Nesse sentido aponta a sistemática repetição da existência de 60 mil trabalhadores em excesso; classifica de incapazes e não dimensionadas a grande maioria das empresas do sector; insiste na alteração da legislação do trabalho referente aos despedimentos e simplificação (leia-se reforço da arbitrariedade patronal) dos processos de licenciamento.

Contudo este plano é demasiado tenebroso para poder ser exposto sem subterfúgios. O próprio relatório reconhece a capacidade de luta dos trabalhadores e a manutenção da chama transformadora do 25 de Abril e sugere... que o MIT tente evitá-la, actuando pela retaguarda.

Nesse sentido, procuram três caminhos:

- a) Continuar uma prática, eventualmente reforçada com algumas medidas pontuais, de "deixar" (leia-se fomentar) empresas têxteis irem à falência ou serem absorvidas por outras grandes, num caso ou noutro conduzindo a um aumento do desemprego no sector.
- b) Apelar, com rebuçados, para a adesão à CEE como via indirecta de fomentar o encerramento de empresas ou secções de empresas, imputando responsabilidades ao exterior.
- c) Procurar encontrar tecnicamente hipóteses alternativas de emprego para os trabalhadores despedidos, sempre no quadro restrito do sector,

para seguidamente virem a constatar que existem dificuldades. É o caso das referências aos turnos adicionais, a criação de empresas de confecções em algumas empresas ou regiões. No entanto esta procura de hipóteses alternativas no papel não é um mero esforço tecnocrático: é o substracto de uma manobra política de defesa, no momento oportuno, do slogan " despedir agora para empregar depois".

2. É escusado insistir que "o direito ao trabalho e à segurança no emprego é o primeiro princípio porque se batem os trabalhadores e condição que impõem para poderem aceitar qualquer projecto de reconversão".

Contudo, uma questão se levanta: não será que efectivamente o sector apresenta trabalhadores em excesso? Esta questão exige uma resposta cuidadosa e a diversos níveis:

- a) O actual nível de emprego no sector têxtil não foi criado artificialmente. Ele estava adequado a um determinado nível tecnológico da economia portuguesa, a uma determinada estrutura dos mercados nacional e externo, e a um empolamento conjuntural da produção como aquele que se verificou nos três primeiros anos da década de 70. É certo que desde longa data o sector têxtil e vestuário apresentava deficiências, as quais se repercutiam fortemente na economia nacional, devido ao grande peso que esse sector continuava a apresentar nesta, mas a sua evolução apresenta-se, no essencial, concordante ou favorável no contexto da economia nacional, a única que pode funcionar, numa primeira análise, como quadro de referência.

Significa isto que os trabalhadores que eventualmente poderão ser considerados em excesso são um duplo produto da situação do sector:

- conjuntural: durante a crise de 73/76, a estrutura da economia e a nova situação política funcionou como um entrave aos mecanismos capitalistas de adequação do mercado de emprego ao nível do produto;
- estrutural: a abertura da economia portuguesa ao exterior e a alteração das relações de competitividade pela profunda alteração da relação salarial imposta pela revolução de Abril

- b) Conforme a formação social portuguesa (capitalismo, transição ao socialismo, socialismo) assim a resposta seria diferente, quer em resultado da modificação da lógica dos agentes económicos e da existência ou não de uma gestão global de economia no quadro de contradições e dinâmicas específicas, quer como consequências das correspondentes relações económicas e políticas internacionais.

nais.

Admitamos que é possível libertar postos de trabalho no sector. Não quantifiquemos devido às diversas hipóteses anteriormente apresentadas. Significa isso que aumenta o número de desempregados no sector? Com a actual formação social e com a política de recuperação capitalista seguida nos últimos anos a resposta não pode deixar de ser, infelizmente, afirmativa.

Mas é possível "a reconversão do sector sem criar desemprego" desde que se verifiquem um conjunto de condições que passamos a enunciar na sua formulação genérica:

- 1) É possível e necessário criar postos de trabalho alternativos, quer dentro do sector, em alguns casos (criação de algumas novas produções), quer relacionadas com o sector (citemos a títulos de exemplo, a produção de fibras não naturais e as suas repercussões em cadeia e a produção de máquinas e acessórios têxteis), quer exteriores a ele (havendo neste campo um largo leque de opções, quer atendendo à substituição de importações, quer atendendo à capacidade de arrasto dos diversos sectores)
- 2) É possível e necessário criar uma maior mobilidade da força de trabalho entre sectores (e entre regiões, em situações imperiosas). Para tal é importante a alteração radical dos cursos de formação profissional e a profunda modificação das condições de vida dos trabalhadores nos diversos locais, desde a habitação à assistência e segurança sociais.
- 3) É possível e necessário desenvolver o controlo organizado da produção pelos trabalhadores, como forma de encontrar colectivamente soluções para os problemas locais, regionais e sectoriais, como fiscalização na defesa da economia nacional e como via de criação de uma nova atitude perante o trabalho por parte de todos os assalariados. Um tal esforço deve ser acompanhado por uma modificação do sistema de ensino nacional e de difusão da cultura, de forma a que o ganho de consciência dos novos problemas constitua uma alavanca para a elevação do nível científico dos trabalhadores.
- 4) É possível e necessário alargar o mercado interno de produtos têxteis, como o prova o reduzido consumo "per capita" dessa mercadoria essencial. Um tal objectivo tanto pode ser conseguido pelo adensamento das malhas do tecido produtivo como pelo aumento do poder de compra dos trabalhadores, afigurando-se esta última via como a fundamental.

- 5) Diversificação das nossas relações externas e maior agressividade em relação aos mercados em que já estamos introduzidos ⁴.
- 6) Todos os aspectos anteriores devem ser acompanhados por uma modificação da legislação do trabalho no sentido de reduzir a arbitrariedade dos despedimentos, tornando-se importante a "revogação da legislação sobre despedimentos e contratos a prazo, a alteração da actual estrutura e modo de funcionamento da Inspecção e dos Tribunais de Trabalho" ⁵.
- 7) Complementarmente devem ser criados subsídios de desemprego temporário e de mobilidade do trabalhador, com vista a não fazer cair sobre os trabalhadores as consequências de desajustamentos sectoriais ou de erros de programação das políticas sectoriais e regionais.

Todas as medidas anteriores exigem a existência de um planeamento nacional e regional alicerçado numa vontade política que corresponda aos profundos anseios das massas trabalhadoras. Uma tal planificação não é viável sem que se reforce o papel do sector empresarial do estado e se modifiquem as relações internacionais actuais. A subjugação ao imperialismo é inconciliável com um esforço patriótico de reconstrução da economia têxtil.

Simultaneamente é importante lutar, conjuntamente com os trabalhadores têxteis dos outros países, por uma regulamentação do comércio internacional têxtil e da actuação das multinacionais, parte integrante da luta por uma nova ordem económica internacional.

Todos estes aspectos podem surgir hoje como um esforço homérico, para uns, irrealista, para outros. Limitamo-nos apenas a dizer que tais medidas são uma gota de água no oceano da história da humanidade, que é tempo dos trabalhadores tomarem na sua mão os seus próprios destinos.

Contra a repressão patronal

O aumento do desemprego e da insegurança são as chaves utilizadas para abrir a porta à repressão patronal.

As modificações na legislação de trabalho que o relatório Werner propõe, o rol de exigências feitas ao trabalhador, os ensinamentos práticos de como os empresários devem actuar face aos trabalhadores são, como vimos, aspectos marcantes do relatório.

Como já dissemos, o trabalhador é sempre encarado como um factor de produção, como um animal que é capaz de dispendir uma certa quantidade de energia e que, por acaso, até tem "massa cinzenta".

Pensamos desnecessário insistir em quanto tal posição é atentória da dignidade humana e contra os princípios constitucionais. É contra toda a experiência portuguesa de transformação da sociedade e objecto inevitável de luta dos trabalhadores. Luta pelo reforço das estruturas sindicais e dos trabalhadores nas empresas, pelo direito de reunião, de organização, pela defesa intransigente dos seus interesses, pelo direito à greve e à manifestação.

A repressão nas empresas que o governo AD, na base deste relatório, se propõe intensificar, atenta contra as garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos, numa ofensiva contra a democracia.

Contra o enfraquecimento do sector e do país na divisão internacional do trabalho

O enfraquecimento do sector têxtil no contexto internacional aparece pelas seguintes vias:

- não apresentação de uma reestruturação válida do sector;
- defesa da inviabilidade de um projecto nacional de produção de fibras não-naturais, baseando-se para tal nas dificuldades da produção internacional (o que é um fenómeno sem ligação inevitável com a conclusão e que não é verdade para todos os tipos de fibras).
- apoio ao reforço do trabalho por encomenda e fornecimento das empresas estrangeiras;
- reconhecimento do papel que as multinacionais podem vir a desempenhar, nomeadamente nas confecções.

São aspectos que devem merecer a nossa atenção e que não podem deixar de ser contestados ⁶.

Contra a ilusão da adesão à CEE

A adesão à CEE é apresentada no relatório como uma situação inevitável. Nesse contexto mais não fazem do que analisar qual a melhor via para essa adesão se verificar.

A análise é ciscunspecta, pouco desenvolvida, profundamente incompleta e medíocre, mas mesmo assim não deixa de transparecer as dificuldades para o sector que tal medida implicaria: conviria entrar com o sector reestruturado mas tal é impossível, talvez uma moratória e se

pedissemos a esmola da benevolência e da boa compreensão !

Apesar deste panorama misérrimo que ressalta das entrelinhas, o relatório não deixa de apresentar de início, em estilo de declaração política, um conjunto de vantagens que adviriam da adesão. Um conjunto de mentiras que até são contrárias a outros estudos que o MIT e outros departamentos estatais têm feito ou mandado fazer.

A repetida abordagem destes problemas em textos e documentos anteriores dispensa-nos uma análise mais exaustiva.

A LUTA DOS TRABALHADORES TÊXTEIS É PARTE INTEGRANTE DA LUTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

Lutar contra o desemprego, contra a degradação da economia nacional, contra a subjugação ao imperialismo e pela defesa das capacidades e energias nacionais, contra a repressão patronal e estatal e pela defesa da democracia e das conquistas da revolução são imperativos nacionais.

Lutar contra as pseudo-reestruturações propostas neste relatório e defender uma reestruturação do sector concordante com os interesses das centenas de milhar de trabalhadores do sector e outras camadas da população dele dependentes é parte integrante da luta pela defesa das conquistas de Abril.

Mais, a importância que a luta contra o desemprego tem assumido nas reivindicações dos trabalhadores, na luta de classes que os trabalhadores quotidianamente realizam, constitui uma componente significativa na agudização das contradições do capitalismo.

NOTAS

- (1) Como se deixa entender no texto tal facto não é a primeira vez que acontece. Recordemos, nos últimos anos, os estudos de Roger Haour e o texto recente do IAD, a solicitação do Ministério das Finanças.
- (2) Convém aqui chamar a atenção para o sentido que deve ser atribuído a este termo. Na ideologia burguesa fala-se em luta de classes quando os trabalhadores desenvolvem lutas reivindicativas. Ao fazê-lo está a admitir que a actuação dos capitalistas que quotidianamente se desenvolve: na organização da empresa, na fixação dos salários, nas regras de actuação, na legislação, na actuação diversificada do Estado, etc, etc., são comportamentos normais, inseridos num equilíbrio que pressupõe, ideologicamente, a conciliação das classes sociais em presença.

Para nós, toda a relação salarial, isto é, toda a relação que se estabelece entre trabalhadores assalariados e capitalistas, aos níveis da produção, repartição, troca e consumo, são partes integrantes da luta de classes.

- (3) Se admitíssemos os seus cálculos teríamos que deduzir que este número está fortemente subestimado. Com efeito, parece terem tomado os dados das Estatísticas Industriais como base de estimação do número de trabalhadores no sector mas esqueceram-se de atender à taxa de cobertura que cada sector apresenta nessa informação estatística .
- (4) Sobre este ponto ver Economia Têxtil nº 5
- (5) Esta e outras transcrições neste ponto foram retiradas do Projecto de Teses para o IIIº Congresso dos Trabalhadores Têxteis.
- (6) Não os desenvolvemos aqui porque já foram tratados nas Economias Têxteis nºs 2 e 5.